

1 ASPECTOS GERAIS

Este artigo visa analisar a conjuntura laboral recente a partir de um conjunto de indicadores principais do mercado de trabalho brasileiro, com horizonte temporal até o final do terceiro trimestre de 2022.

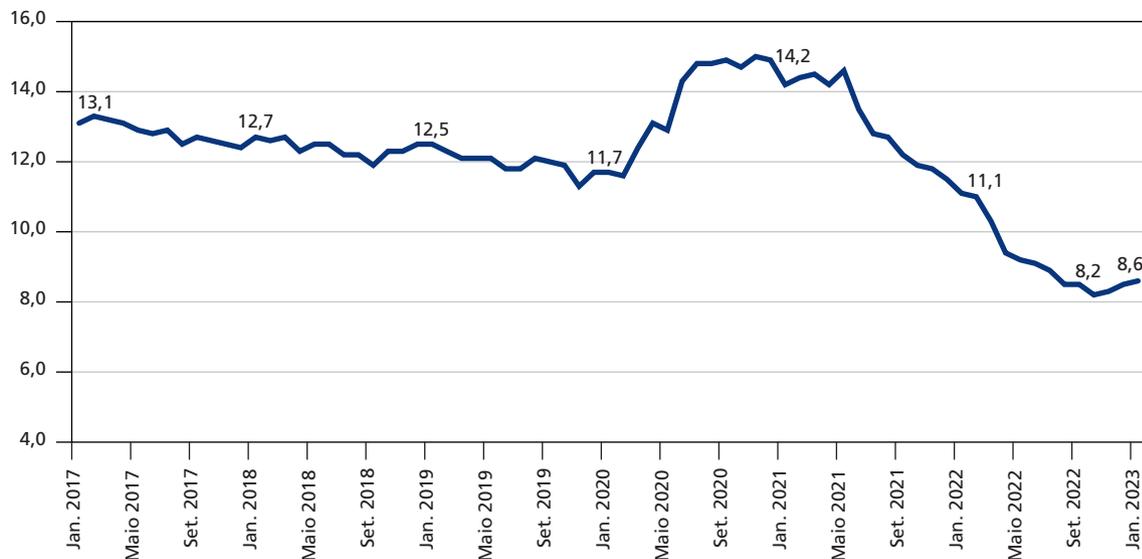
Para tanto, o texto está organizado em seis seções, incluindo esta introdução. Na seção 2, são apresentadas as informações referentes a variações nos indicadores de ocupação e participação da força de trabalho no Brasil. Na seção 3, são desagregados os dados de desocupação para diversos recortes populacionais. A seção 4 conduz a discussão para o nível setorial, verificando as condições de ocupação entre os principais setores de atividade agregados. A seção 5 fornece dados sobre o rendimento médio (habitual e efetivo) do trabalho no país, no nível domiciliar, entre setores e características populacionais, além de variações na massa salarial nacional. Por fim, a seção 6 traz um breve resumo dos pontos apresentados ao longo do texto e algumas considerações finais.

2 VARIAÇÕES NA OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Ao longo dos últimos meses de 2022, o mercado de trabalho brasileiro vem mostrando sinais de arrefecimento, caracterizado por uma leve aceleração da taxa de desocupação, o que reflete em perda de dinamismo da população ocupada. Segundo os dados mensalizados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, observa-se que, após recuar a ponto de atingir o menor patamar da série em outubro de 2022 (8,2%), a taxa de desocupação dessazonalizada chegou, em janeiro de 2023, a 8,6% (gráfico 1). Ainda assim, na comparação com o mesmo mês do ano anterior (2022), a taxa de desocupação registra queda de 2,5 pontos percentuais (p.p.).

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt75/analisedomercado>

GRÁFICO 1
Taxa de desocupação dessazonalizada
(Em %)



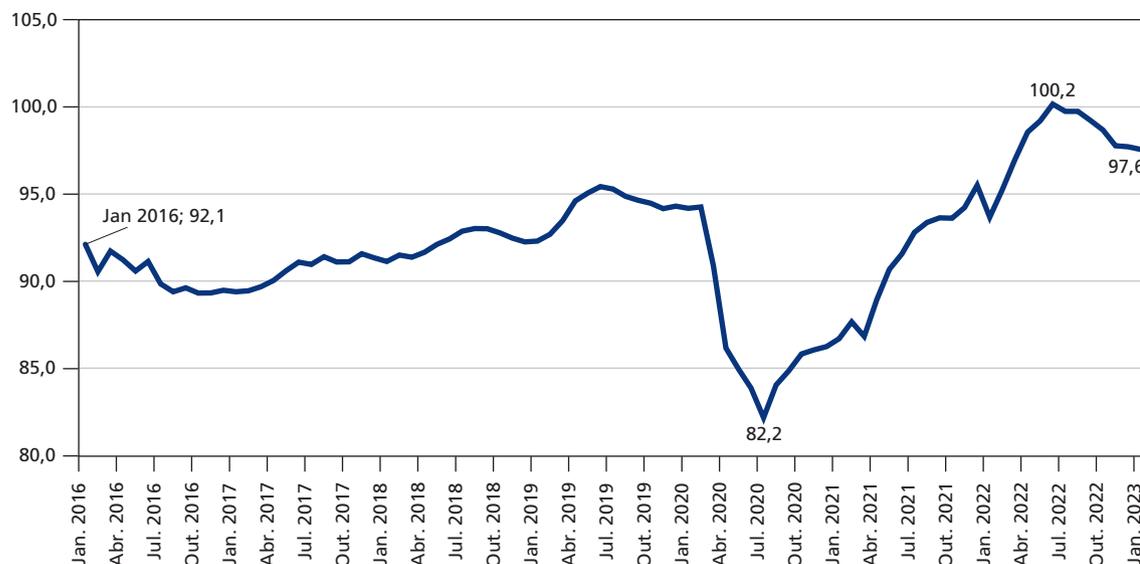
Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/3BOCcXY>>. Elaboração dos autores.

Esse movimento recente da taxa de desocupação decorre, sobretudo, de uma retração da população ocupada, que apresenta recuo desde meados de 2022. Em janeiro de 2023, o contingente de trabalhadores ocupados na economia brasileira foi de 97,6 milhões, número este que é 2,6 milhões menor que o registrado em junho de 2022, quando se atingiu o ponto mais alto da série (gráfico 2). Nota-se, ainda, que esse arrefecimento da ocupação vem ocorrendo de forma mais intensa no chamado setor informal:² de junho de 2022 a janeiro de 2023, enquanto a população ocupada formal³ recuou 1,4%, a queda registrada entre os trabalhadores informais foi de 3,7%.

2. Ocupação informal compreende o trabalho sem carteira de trabalho assinada nos setores privado e público, o trabalho doméstico sem carteira, o empregador sem registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), o por conta própria sem CNPJ e o trabalhador familiar auxiliar.

3. Ocupação formal compreende o trabalho com carteira nos setores privado e público, os militares e estatutários, o trabalho doméstico com carteira, o empregador com CNPJ e por conta própria com CNPJ.

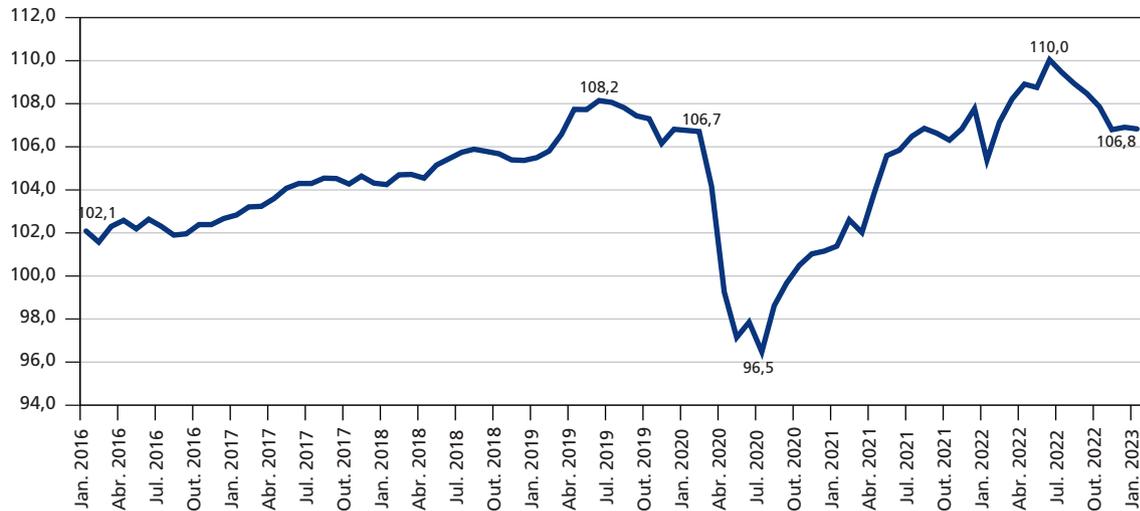
GRÁFICO 2
População ocupada: dados dessazonalizados
 (Em 1 milhão de pessoas)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/3BOCcXY>>. Elaboração dos autores.

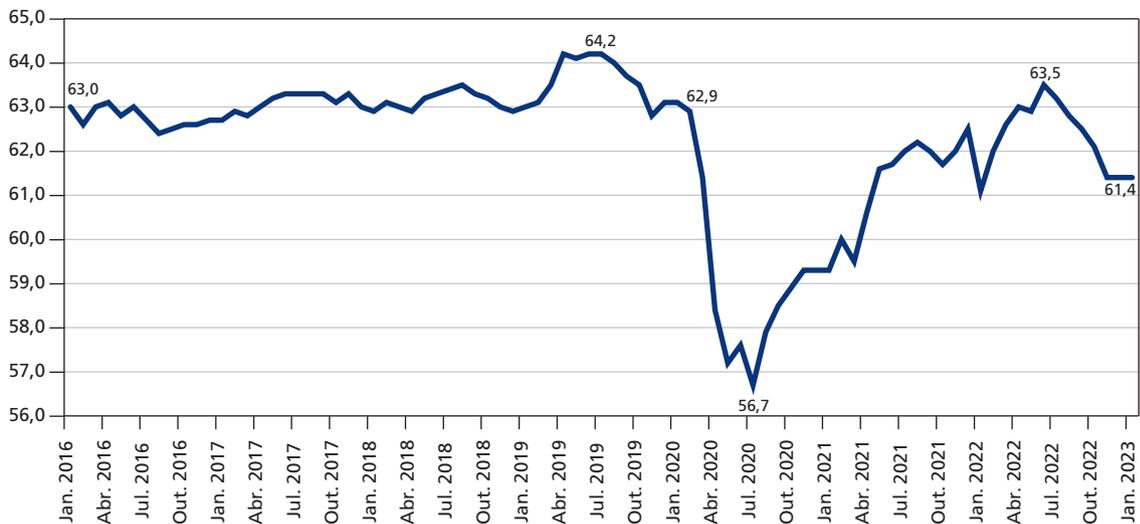
Os dados da PNAD Contínua mostram também que esse aumento da taxa de desocupação vem ocorrendo mesmo em um contexto de desaceleração da força de trabalho (gráfico 3). Em janeiro de 2023, o número de trabalhadores ocupados ou à procura de emprego era de aproximadamente 106,8 milhões, o que corresponde a uma queda de -2,9% em relação a junho de 2022, quando atingiu o maior patamar da série (110 milhões). Como consequência dessa retração, a taxa de participação da força de trabalho também vem recuando, gradativamente, nos últimos meses, chegando a 61,4% no final da série analisada (gráfico 4).

GRÁFICO 3
Força de trabalho: dados dessazonalizados
 (Em 1 milhão de pessoas)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/3BOCcXY>>. Elaboração dos autores.

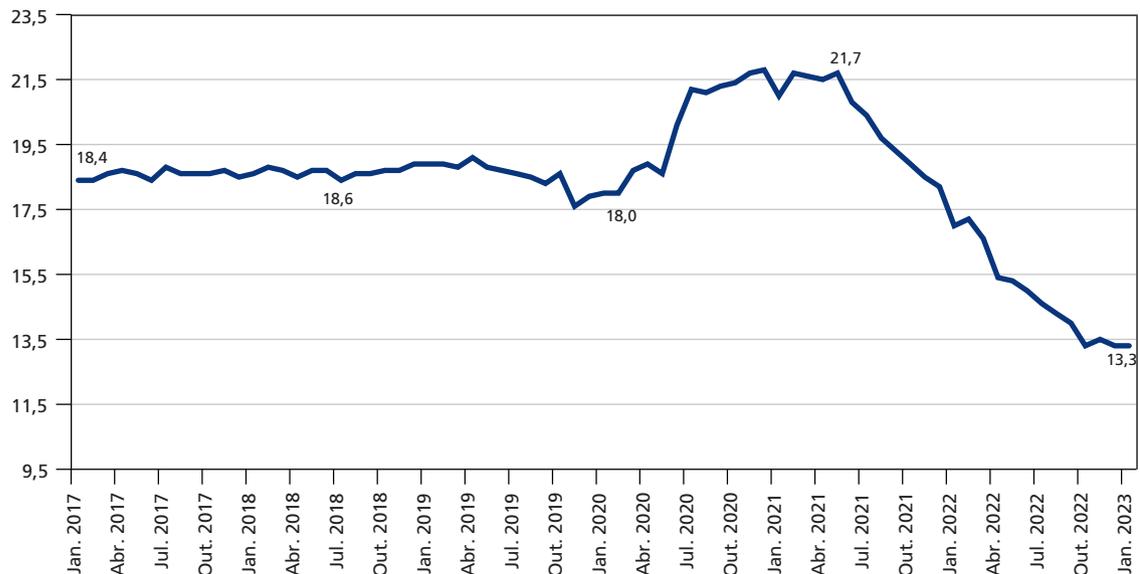
GRÁFICO 4
Taxa de participação dessazonalizada
 (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/3BOCcXY>>. Elaboração dos autores.

No caso da taxa combinada de desocupação e subocupação (gráfico 5), os dados mostram que, mesmo diante de um desempenho mais favorável da população subocupada,⁴ essa taxa indica estabilidade na margem – mantendo-se em 13,3% – impactada pelo aumento do número de desocupados. Por certo, ao longo do último trimestre, o número de trabalhadores que se declararam subocupados passou de 5,4 milhões, em outubro de 2022, para 5,2 milhões, em janeiro de 2023, o que corresponde a uma queda de -3,8%. Na comparação com janeiro de 2022, esse recuo é ainda mais expressivo, aproximadamente 21%. Em contrapartida, o número de desocupados avançou de 8,9 milhões, em outubro de 2022, para 9,3 milhões, em janeiro de 2023. Em relação a janeiro de 2022, no entanto, a população desocupada ainda registra queda de 20%.

GRÁFICO 5
Taxa combinada de desocupação e subocupação dessazonalizada
(Em %)

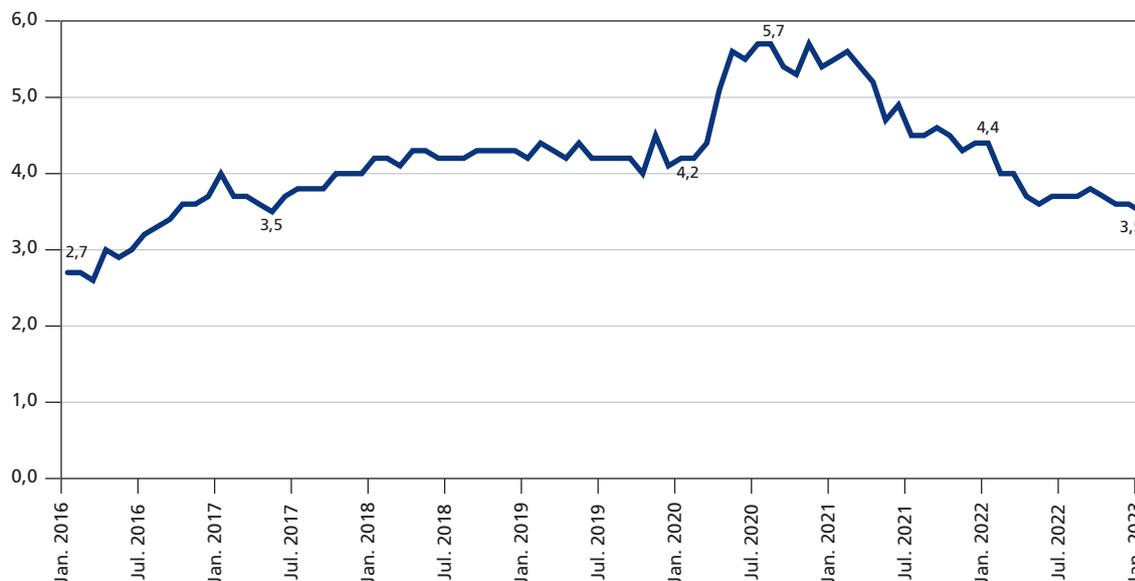


Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/3BOCcXY>>. Elaboração dos autores.

Assim como vem ocorrendo com a subocupação, o número de desalentados, medido pela PNAD Contínua, também mantém comportamento favorável. Em janeiro de 2023, o percentual de indivíduos que estavam fora da força de trabalho por desalento voltou a recuar, chegando a 3,5%, o que significa um recuo de quase 1 p.p. em relação ao percentual observado no mesmo período de 2022 (gráfico 6).

4. Segundo o IBGE, o conceito de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas se refere à população que está trabalhando menos de 40 horas semanais, mas tem disponibilidade e gostaria de trabalhar mais.

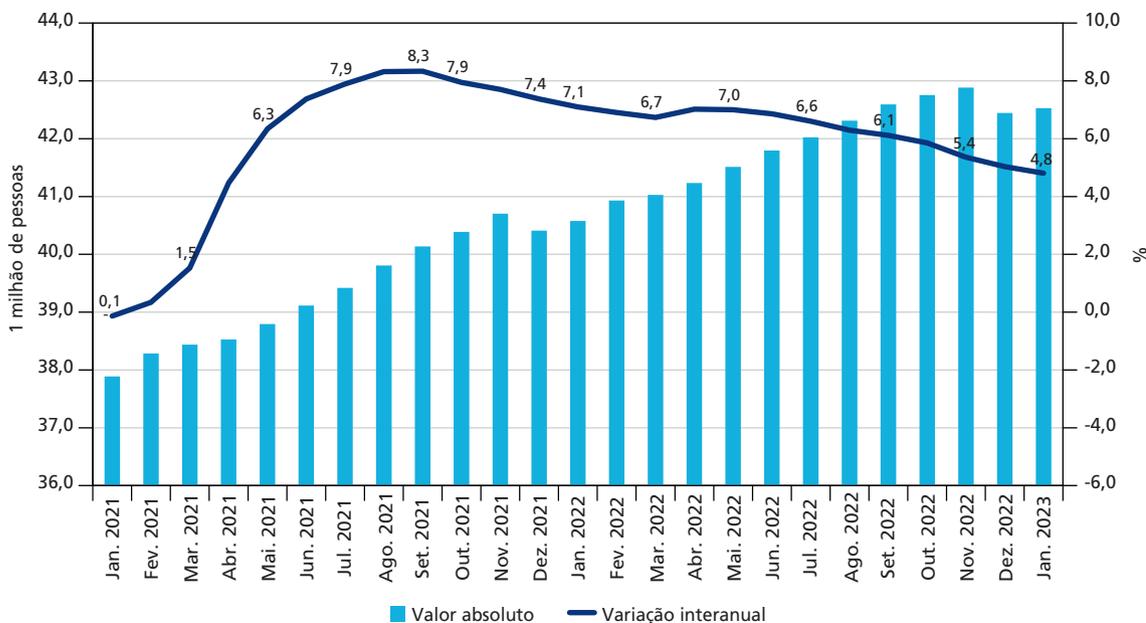
GRÁFICO 6
Proporção de desalentados em relação à população fora da força de trabalho
 (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/3BOCcXY>>.
 Elaboração dos autores.

Na mesma direção apontada pela PNAD Contínua, os dados mais recentes do novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (novo Caged) também retratam arrefecimento do mercado de trabalho formal. De acordo com o levantamento do Ministério do Trabalho, em janeiro de 2023, no acumulado em doze meses, a economia brasileira gerou 1,95 milhão de novas vagas com carteira de trabalho assinada, recuando 4% em relação ao observado no mês imediatamente anterior e 25% na comparação com o mesmo período de 2022. Nota-se, no entanto, que, mesmo em desaceleração, o número de vagas criadas com carteira vem possibilitando uma expansão do estoque de trabalhadores formais, que chegou a 43,5 milhões, em janeiro, o que indica alta de 4,8% na comparação com o mesmo período do ano anterior (gráfico 7).

GRÁFICO 7
Estoque de empregos formais, em valor absoluto, e variação interanual



Fonte: Novo Caged. Disponível em: <<https://bit.ly/3SBs2AK>>. Elaboração dos autores.

3 ANÁLISE DESAGREGADA DA DESOCUPAÇÃO

Os dados desagregados, extraídos da PNAD Contínua, para o último trimestre de 2022, mostram que houve recuo significativo nas taxas médias do desemprego, em relação ao mesmo período do ano passado, para todos os segmentos pesquisados (tabela 1). Na abertura regional, a pesquisa mostra que, em termos absolutos, embora o Nordeste tenha apresentado a maior queda no período (3,8 p.p.), essa região ainda registra a maior taxa de desocupação (10,9%). Por sua vez, a maior retração, em termos relativos, foi observada na região Sul, cuja taxa de desocupação passou de 6,7% para 4,5%.

O recorte por gênero revela que, na comparação interanual, a magnitude da queda do desemprego foi semelhante em ambos os sexos, de modo que, enquanto a desocupação entre os homens recuou de 9,0% para 6,5%, a das mulheres caiu de 13,9% para 9,8%. Em termos raciais, a queda foi de 9,0% para 6,2% entre os indivíduos brancos e de 12,9% para 9,4% para os não brancos (pretos, pardos e indígenas). Logo, nota-se que, a despeito da queda desse indicador para ambos os grupos, o nível de desocupação das mulheres e dos indivíduos não brancos permanecem significativamente superior.

TABELA 1
Taxa de desemprego
(Em %)

	2019		2020			2021				2022			
	4 ^a trim.	1 ^a trim.	2 ^a trim.	3 ^a trim.	4 ^a trim.	1 ^a trim.	2 ^a trim.	3 ^a trim.	4 ^a trim.	1 ^a trim.	2 ^a trim.	3 ^a trim.	4 ^a trim.
Brasil	11,1	12,4	13,6	14,9	14,2	14,9	14,2	12,6	11,1	11,1	9,3	8,7	7,9
Centro-Oeste	9,5	10,7	12,7	12,9	12,1	12,8	11,6	9,8	8,4	8,5	7,0	6,5	6,2
Nordeste	13,8	15,8	16,5	18,3	17,6	18,9	18,4	16,4	14,7	14,9	12,7	12,0	10,9
Norte	10,7	12,1	12,0	13,3	12,6	15,0	14,1	12,0	11,2	11,7	8,9	8,2	8,1
Sudeste	11,5	12,5	14,2	15,7	15,1	15,3	14,6	13,1	11,2	11,1	9,3	8,7	7,9
Sul	6,8	7,7	9,1	9,6	8,4	8,7	8,2	7,5	6,7	6,5	5,6	5,2	4,5
Masculino	9,2	10,4	12,2	12,9	11,9	12,2	11,6	10,1	9,0	9,1	7,5	6,9	6,5
Feminino	13,4	14,9	15,5	17,5	17,2	18,5	17,7	15,9	13,9	13,7	11,6	11,0	9,8
De 18 a 24 anos	23,2	26,3	28,8	30,6	29,0	30,0	28,5	25,7	22,8	22,8	19,3	18,0	16,4
De 25 a 39 anos	10,1	11,0	12,7	13,9	13,4	14,1	13,2	11,5	10,1	10,2	8,3	7,8	7,1
De 40 a 59 anos	6,5	7,5	8,7	9,9	8,9	9,6	9,5	8,2	7,2	7,1	6,0	5,6	5,3
Mais de 59 anos	4,2	4,4	4,8	5,3	5,2	5,9	5,6	5,4	4,4	4,3	4,0	3,7	3,4
Branco	8,8	9,9	10,6	12,0	11,6	12,1	11,7	10,3	9,0	8,9	7,3	6,8	6,2
PPI	12,9	14,3	16,1	17,3	16,3	17,3	16,3	14,5	12,9	12,9	10,9	10,2	9,4
Fundamental incompleto	10,6	11,5	13,5	14,7	13,7	14,0	13,8	12,1	10,9	10,8	8,9	8,7	8,3
Fundamental completo	12,5	14,0	16,4	17,3	16,7	15,8	15,7	14,0	13,3	12,2	10,4	10,1	9,3
Médio incompleto	18,4	20,3	22,3	24,1	23,5	24,2	22,7	20,1	18,4	18,3	15,3	15,3	13,9
Médio completo	12,2	14,1	15,4	17,1	16,1	17,1	16,2	14,4	12,6	12,7	10,6	9,7	8,5
Superior	7,3	8,2	8,6	9,3	9,2	10,3	9,4	8,2	6,7	7,1	5,9	5,3	4,9

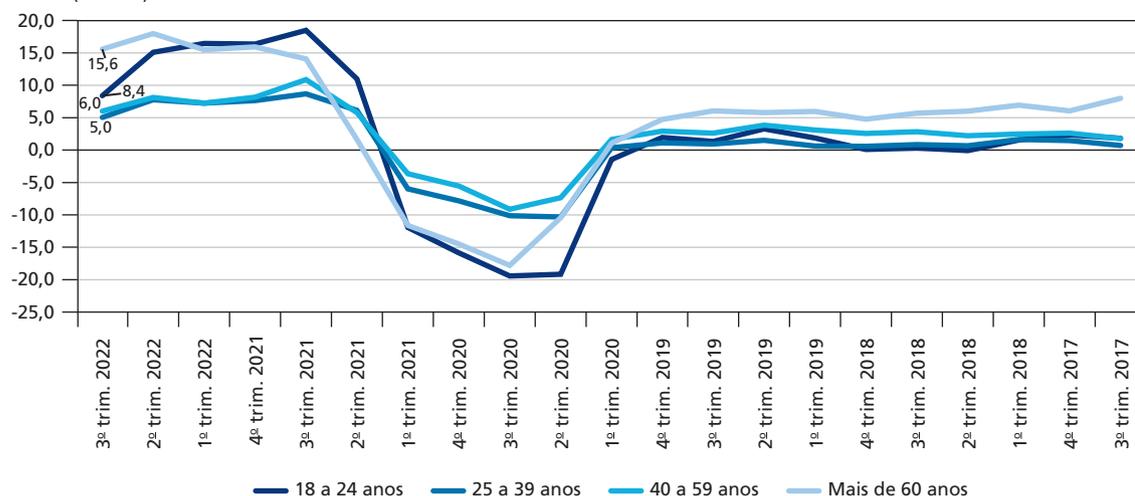
Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/3BOCcXY>>.

Elaboração dos autores.

Obs.: PPI – preto, pardo e indígena.

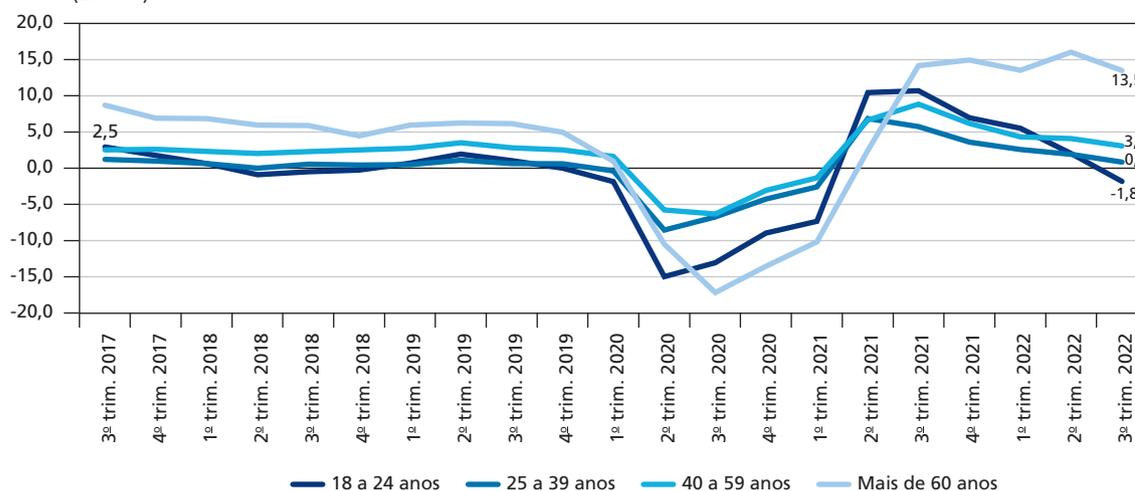
A abertura por idade mostra que, no quarto trimestre, todos os segmentos etários registraram recuo na desocupação, tanto na margem quanto na comparação interanual. Nota-se, entretanto, que, nos grupos etários mais baixos, a queda do desemprego ocorre mais por conta da desaceleração da força de trabalho do que pela expansão da ocupação. Por um lado, no quarto trimestre, enquanto a ocupação dos trabalhadores com idade entre 18 e 24 anos e entre 25 e 39 anos avançou 3,7% e 2,8, respectivamente, na comparação anual (gráfico 8), a força de trabalho desses segmentos recuou 4,3% e 0,5%, na mesma base de comparação (gráfico 9). Por outro lado, mesmo diante de um expressivo crescimento da população ocupada nesse período (10,6%), a taxa de desocupação do grupo de trabalhadores com mais de 60 anos, recuou relativamente menos que as demais, atenuada pela alta de 9,4% da força de trabalho.

GRÁFICO 8
População ocupada por faixa etária: variação interanual (3º trim. 2017-3º trim. 2022)
 (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/3BOCcXY>>. Elaboração dos autores.

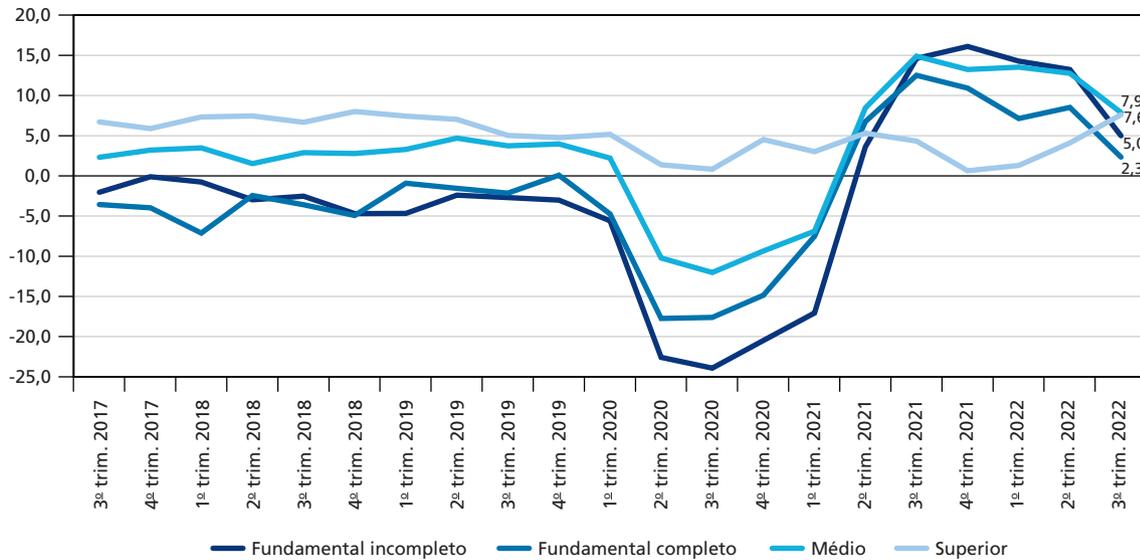
GRÁFICO 9
População economicamente ativa por faixa etária: variação interanual (3º trim. 2017-3º trim. 2022)
 (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/3BOCcXY>>. Elaboração dos autores.

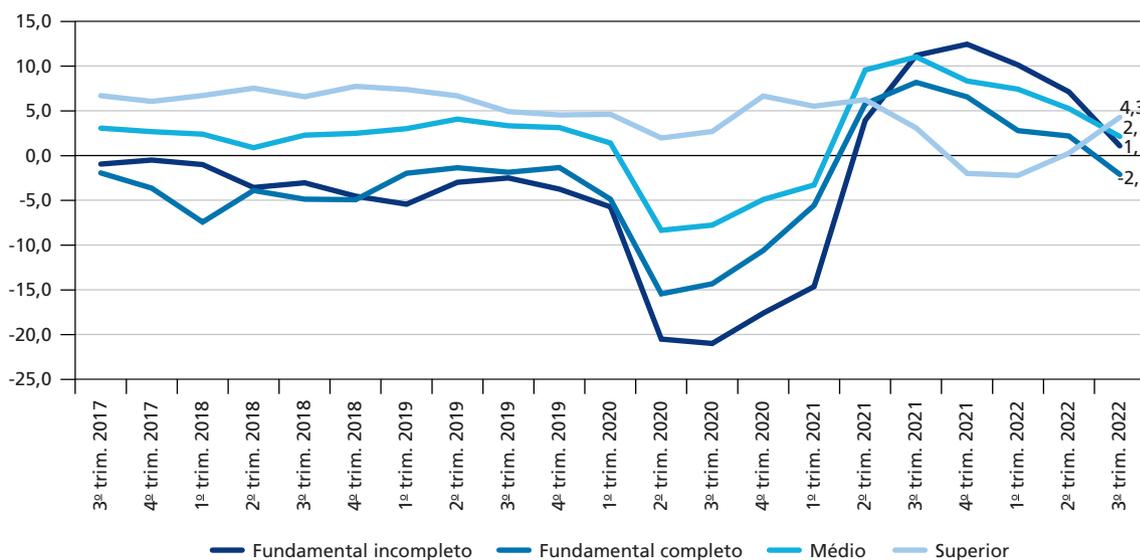
Por fim, a desagregação por nível educacional revela que, nos segmentos menos escolarizados, o recuo da taxa de desocupação ocorre mesmo em um contexto de queda da população ocupada (gráfico 10), tendo sido beneficiada pela retração ainda mais intensa da força de trabalho (gráfico 11). Em contrapartida, a desocupação dos trabalhadores mais escolarizados reflete uma alta mais intensa da ocupação comparativamente à da força de trabalho.

GRÁFICO 10
População ocupada por grau de instrução: variação interanual (3º trim. 2017-3º trim. 2022)
 (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/3BOCcXY>>. Elaboração dos autores.

GRÁFICO 11
População economicamente ativa por grau de instrução: variação interanual (3º trim. 2017-3º trim. 2022)
 (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/3BOCcXY>>. Elaboração dos autores.

4 EMPREGO SETORIAL

A análise da taxa de crescimento interanual do emprego por setor, descrita na tabela 2, revela que a evolução positiva na população ocupada agregada entre os quartos trimestres de 2021 e 2022 é resultado de uma melhora do nível de emprego em praticamente todos os segmentos, com exceção de agricultura, construção civil e serviços industriais de utilidade pública (Siup).

No entanto, quando comparadas às taxas interanuais registradas no terceiro trimestre de 2022, os resultados para o quarto trimestre mostram redução em dez dos treze setores contemplados. Entre os setores que registraram desaceleração expressiva do crescimento interanual do emprego estão segmentos importantes, como serviços pessoais (de 24,0% para 9,8%), serviços domésticos (de 9,6% para 2,1%), administração pública (de 8,8% para 3,7%), serviços de alojamento e alimentação (de 8,5% para 3,5%) e comércio (de 7,8% para 4%). Em contrapartida, alguns setores se destacaram por apresentar taxas de crescimento anual do emprego maior no quarto trimestre, relativamente ao terceiro trimestre, são elas: indústria extrativa (de 13,0% para 16,3%); serviços de transporte (9,2% para 10,0%) e educação e saúde (8,5% para 8,9%).

Segundo a PNAD Contínua, em valores absolutos, o setor que mais acrescentou trabalhadores à ocupação, no intervalo de doze meses, foi o de saúde e educação, com expansão de 1 milhão de indivíduos entre o quarto trimestre de 2021 e 2022. Em seguida veio o de comércio, que registrou crescimento de aproximadamente 740 mil pessoas ocupadas no período.

Deve-se ressaltar, entretanto, que a análise da variação interanual da ocupação setorial para o quarto trimestre de 2022, segundo a posição na ocupação (tabela 3), mostra que, para os setores com redução no ritmo de expansão do emprego, os resultados por posição na ocupação são menos frustrantes, na medida em que revelam melhoria na qualidade do emprego. Para alguns deles (Siup, construção civil, serviços de alojamento e alimentação, por exemplo), o emprego formal foi a modalidade com maior crescimento anual em 2022.⁵ Adicionalmente, no caso dos serviços domésticos e da construção civil, a continuidade do crescimento do emprego formal pode contribuir para uma diminuição das taxas de informalidade, que tradicionalmente caracterizam esses setores.

Em suma, a análise do emprego setorial, desagregando por posição na ocupação, parece indicar que o crescimento do emprego formal tem sido mais consistente e menos errático que o do emprego informal nos diversos setores ilustrados: de fato, todos os setores apresentaram crescimento nesse segmento, seja de acordo com os dados do novo Caged (primeira coluna), ou da PNAD Contínua (segunda coluna).

5. Na contramão, o setor de saúde e educação, que se destacou pela aceleração do crescimento interanual no emprego no último trimestre, tem no emprego sem carteira o principal responsável por aquele crescimento.

TABELA 2
População ocupada por setores: variação interanual (4º trim. 2020-4º trim. 2022)
 (Em %)

	2020		2021			2022			
	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.
Agricultura	2,1	3,6	11,2	9,7	4,5	2,5	-0,7	-3,6	-4,4
Indústria extrativa	-11,3	-11,6	-4,8	5,0	12,1	9,8	18,0	13,0	16,3
Indústria de transformação	-7,3	-5,2	5,3	12,8	9,1	8,2	9,6	3,6	3,1
Siup	-26,3	-19,2	-18,6	-13,0	8,1	6,5	15,6	4,8	-1,1
Construção civil	-9,3	-2,5	22,2	20,1	17,4	12,7	11,2	2,7	-1,3
Comércio	-10,3	-8,2	6,1	13,4	11,6	12,2	14,2	7,8	4,0
Informática, financeira, serviços a empresas	-0,8	0,9	9,1	10,4	7,2	4,0	5,1	6,9	4,4
Transporte	-11,5	-9,0	4,6	12,6	10,0	10,4	10,0	9,2	10,0
Serviços pessoais	-18,3	-17,4	3,5	8,8	14,7	19,5	18,7	24,0	9,8
Administração pública	1,9	-3,0	-3,0	-3,7	-2,4	2,6	1,8	8,8	3,7
Saúde e educação	-2,1	-0,6	-0,2	4,3	3,1	1,5	7,2	8,5	8,9
Alojamento e alimentação	-27,6	-26,3	8,8	26,5	23,9	32,5	23,1	8,5	3,5
Serviços domésticos	-23,8	-18,6	9,0	21,3	21,7	19,4	18,7	9,6	2,1

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/3BOCcXY>>.
 Elaboração dos autores.

TABELA 3
População ocupada por setores e posição na ocupação (4º trim. 2022)
 (Em %)¹

	Novo Caged ²	PNAD Contínua		
		Com carteira ³	Sem carteira	Conta própria ⁴
Total	4,6	6,1	4,7	-1,8
Agricultura	4,2	8,9	-7,5	-7,9
Indústria extrativa	3,2	17,1	-0,7	68,5
Indústria de transformação	3,0	5,4	6,5	-7,6
Siup	3,8	7,9	-16,5	-53,1
Construção civil	11,8	8,0	1,3	-7,9
Comércio	4,1	7,7	1,8	-1,5
Informática, financeira, serviços a empresas	7,3	3,8	9,7	3,0
Transporte	5,8	7,5	18,7	10,2
Serviços pessoais	10,7	6,3	23,3	6,6
Administração pública	1,9	1,4	11,0	-
Saúde e educação	2,5	5,4	22,3	4,0
Alojamento e alimentação	12,0	16,8	3,9	-6,5
Serviços domésticos	-	6,5	0,6	-

Fontes: PNAD Contínua/IBGE (disponível em: <<https://bit.ly/3BOCcXY>>) e novo Caged (disponível em: <<https://bit.ly/3SBs2AK>>).

Elaboração dos autores.

Notas: ¹ Taxa de variação interanual.

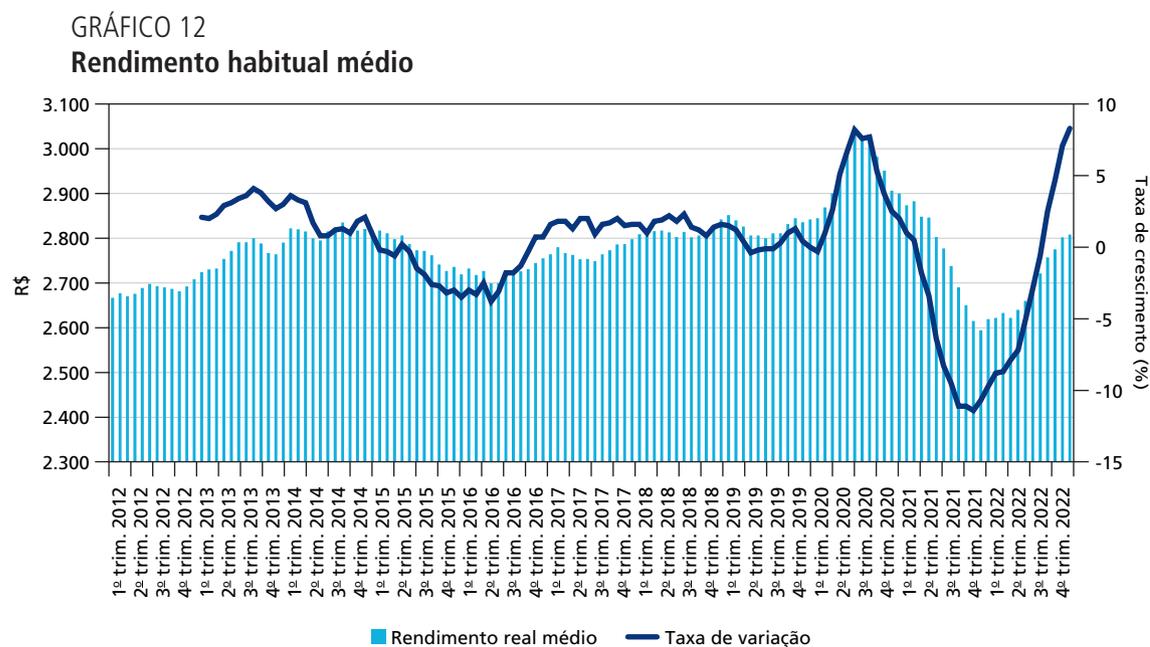
² Normalizado pela população estimada pela PNAD Contínua de trabalhadores formais do quarto trimestre de 2021.

³ Empregados com carteira, militares e estatutários.

⁴ Empregados sem carteira e trabalhador auxiliar familiar sem remuneração.

5 RENDA MÉDIA E MASSA SALARIAL

Os dados dos rendimentos do trabalho do quarto trimestre de 2022 revelam a recuperação da renda média ao longo do ano, após atingir o menor valor da série histórica no final de 2021. Como mostra o gráfico 12, houve um crescimento de 8,3% no quarto trimestre de 2022 em comparação com o mesmo trimestre no ano anterior. A renda média habitual real observada no final da série foi de R\$ 2.808,00.



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/3BOCcXY>>. Elaboração dos autores.

Parte da forte queda da renda mostrada no gráfico 12, em 2021, é apenas o inverso do observado ao longo de 2020, quando os rendimentos habituais apresentaram um crescimento acelerado. Ou seja, tanto o crescimento do rendimento real médio observado durante 2020 quanto a queda verificada a partir de 2021 resultaram, em grande medida, de um efeito composição. No caso da elevação observada em 2020, esse efeito composição foi originado por duas fontes distintas. Primeiro, a elevação da renda habitual média se deveu ao fato de que grande parte da perda de ocupações ocorreu nos segmentos com as piores remunerações,⁶ de forma que os que permaneceram ocupados foram os de renda relativamente mais alta. Da mesma forma, deve-se pontuar que, após o segundo trimestre de 2020, as entrevistas da PNAD Contínua passaram a ser realizadas por telefone, o que causou um aumento não resposta na pesquisa (Hecksher, 2022). Na medida em que tais impactos não estiveram aleatoriamente distribuídos na amostra, tal fato pode ter afetado os resultados.⁷

6. Nos setores de construção, comércio e alojamento e alimentação, além dos empregados sem carteira assinada e principalmente trabalhadores por conta própria.

7. Um exemplo do impacto do aumento da não resposta está disponível em Corseuil e Russo (2021).

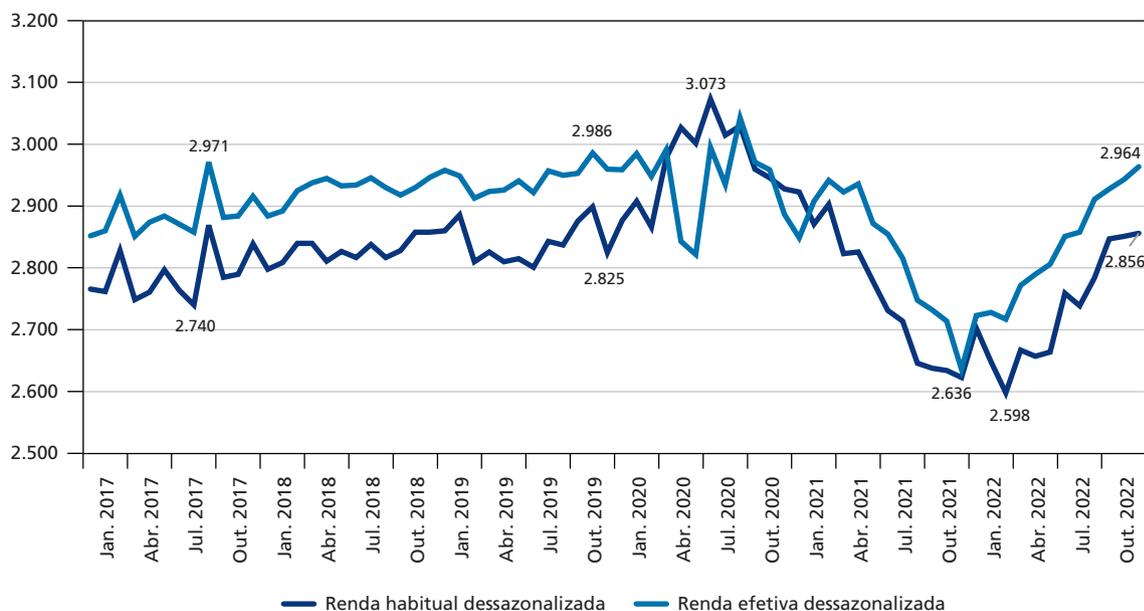
De forma simétrica, parte da queda dos rendimentos médios a partir de 2021 deveu-se ao retorno dos trabalhadores informais e por conta própria ao mercado de trabalho,⁸ levando à redução do rendimento habitual médio, que saiu de um pico no trimestre móvel encerrado em julho de 2020 (R\$ 3.029,00) até atingir R\$ 2.594,00 no último trimestre de 2021.

Nota-se, ainda, que a renda média começa a se aproximar do que fora observado imediatamente antes da pandemia. No quarto trimestre de 2022, a renda média situou-se 1% abaixo do registrado no mesmo trimestre de 2019. Mesmo com recuperação da renda observada em 2022, os rendimentos médios habituais em seu terceiro trimestre mantiveram-se próximos dos valores observados em 2017 e 2% inferiores ao mesmo trimestre de 2019.

Estimativas mensais dessazonalizadas das rendas habitual e efetiva reais, elaboradas em Lameiras e Hecksher (2022), feitas com base nos dados por trimestre móvel da PNAD Contínua, são apresentadas no gráfico 13. Esses dados mensais permitem observar melhor a intensidade da recuperação da renda em 2022, tendo em vista que o rendimento habitual médio real em dezembro (R\$ 2.856,00) foi 0,2% maior ao observado no mês anterior (R\$ 2.851,00) e 2,6% maior que o registrado em setembro de 2022 (R\$ 2.784,00). Como mostra também o gráfico 2, a renda efetiva média em dezembro (R\$ 2.964,00) foi 0,7% maior que no mês anterior (R\$ 2.943,00) e 1,8% maior que o registrado em setembro de 2022 (R\$ 2.911,00).

GRÁFICO 13

Rendimento habitual e efetivo médio mensal dessazonalizado (Em R\$)¹



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/3BOCcXY>>.

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Valores de dezembro de 2022.

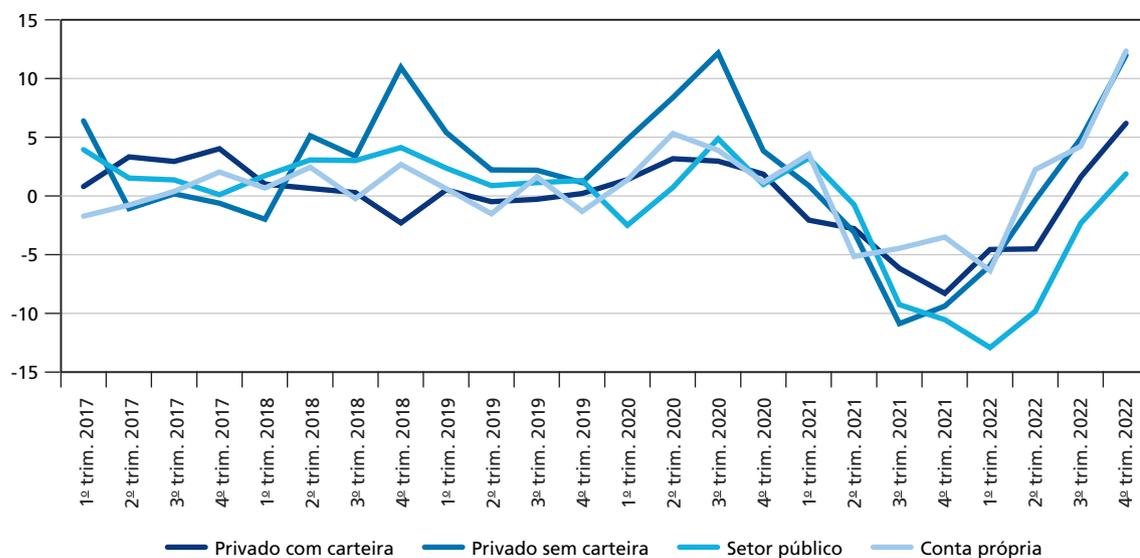
8. Evidências de que os trabalhadores informais foram os mais impactados pela perda de ocupação imediatamente após o início da pandemia, mas que também foram os que mais rapidamente retornaram ao trabalho, estão disponíveis em Carvalho *et al.* (2020).

Na abertura por vínculo de ocupação, apresentada no gráfico 14, excluindo-se os empregadores, os dados revelam que os trabalhadores do setor público foram os ocupados com o menor crescimento real de rendimentos habituais médios no quarto trimestre de 2022 – aumento de 1,9% da renda em comparação com o mesmo trimestre de 2021. Esse grupo de trabalhadores também apresentou uma intensificação da queda da renda até o primeiro trimestre de 2022, seguida de uma recuperação mais lenta na margem.

Em contrapartida, os trabalhadores informais, sejam aqueles por conta própria ou empregados sem carteira, têm mostrado ao longo do ano uma recuperação da renda mais veloz. Os trabalhadores por conta própria, que já haviam apresentado um crescimento interanual da renda habitual desde o segundo trimestre de 2022, mostraram um aumento de 12,3% no quarto trimestre de 2022. No caso dos empregados sem carteira, houve crescimento de 12,0% no mesmo trimestre.

Por sua vez, os empregados do lado formal da economia obtiveram crescimento da renda habitual de 6,2% no quarto trimestre de 2022 em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.⁹

GRÁFICO 14
Crescimento interanual do rendimento habitual médio real, por tipo de vínculo (Em %)¹



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/3BOCXY>>.

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Taxa de variação interanual.

A tabela 4 retrata a desagregação salarial por diferentes recortes, para a renda efetiva. Em termos regionais, os maiores aumentos ocorreram nas regiões Centro-Oeste e Norte (14,1% e 13,5%, respectivamente). A região Nordeste apresentou aumento de 6,4%, e a Sudeste, que também mostrava uma recuperação mais lenta da renda até o trimestre anterior, obteve um crescimento de 9,1% da renda efetiva no quarto trimestre de 2022 em relação ao mesmo trimestre de 2021.

9. Para verificar as taxas de crescimento da renda efetiva e habitual, por tipo de vínculo, para o período 2020-2022, ver Carvalho (2023).

O corte por gênero revela que os rendimentos efetivos recebidos pelas mulheres continuam mostrando desempenho inferior aos dos homens nos últimos trimestres (aumento de 7,7% contra 10,6% no quarto trimestre de 2022).

O detalhamento por faixa etária indica que o desempenho da renda tem sido melhor para os jovens adultos (de 25 a 39 anos) nos últimos trimestres, que apresentaram um crescimento de 13,0% no quarto trimestre de 2022. Os trabalhadores acima de 40 anos, que vinham mostrando maiores quedas do rendimento, no trimestre mais recente, obtiveram aumento de cerca de 6,1%. Por sua vez, os trabalhadores mais jovens apresentaram uma acelerada recuperação da renda efetiva no quarto trimestre de 2022. Ressalta-se também que, sob a ótica do ensino, todos os trabalhadores mostraram crescimento da renda efetiva acima de 7%.

TABELA 4

Crescimento interanual do rendimento efetivo médio real por dados desagregados (3º trim. 2021-4º trim. 2022)

(Em %)¹

	2021		2022			
	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.
Centro-Oeste	-4,5	-5,5	-2,0	-1,4	8,3	14,1
Nordeste	-3,7	-8,1	-4,2	-3,9	0,7	6,4
Norte	-1,7	-7,9	0,5	1,3	5,3	13,5
Sudeste	-7,9	-9,2	-8,2	-4,5	1,5	9,1
Sul	-3,3	-8,9	-6,1	-5,0	3,1	9,6
Masculino	-5,7	-7,9	-5,5	-3,1	3,4	10,6
Feminino	-6,3	-9,0	-6,7	-4,7	1,5	7,7
14 a 24 anos	1,8	-0,7	0,8	-4,8	0,4	10,5
25 a 39 anos	-4,6	-4,6	-1,8	0,4	4,6	13,0
40 a 59 anos	-6,8	-5,5	-7,9	-5,4	1,6	6,1
60 anos ou mais	-8,9	-9,9	-14,5	-9,4	1,5	9,1
Não chefe de família	-5,8	-7,1	-3,2	1,3	5,1	12,0
Chefe de família	-5,7	-8,9	-8,0	-7,5	0,7	7,1
Fundamental incompleto	1,8	-3,5	2,8	-1,6	5,1	10,4
Fundamental completo	-1,7	-2,0	2,0	2,3	4,3	7,3
Médio incompleto	-1,7	-1,4	-0,2	-3,3	5,7	9,8
Médio completo	-3,7	-3,5	0,7	1,2	4,2	7,9
Superior	-4,7	-7,0	-6,9	-3,9	0,2	8,0
Região não metropolitana	-6,6	-8,6	-3,9	-2,9	4,2	8,2
Região metropolitana	-5,9	-8,9	-8,1	-4,6	1,0	10,6

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/3BOCcXY>>.

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Taxa de variação interanual.

A tabela 5 apresenta o crescimento interanual do rendimento efetivo médio por setores de atividade. Seguindo o padrão durante a pandemia, as atividades mais dependentes da circulação de pessoas (transporte, serviços pessoais e coletivos, alojamento e alimentação, comércio e construção) foram as que apresentaram maior queda da renda efetiva durante 2020, e justamente esse impacto maior explica uma recuperação nesses setores após a segunda metade de 2021. Esse padrão permanece ao longo de 2022, ou seja, setores mais formais e com trabalhadores mais qualificados apresentam maior queda da renda e menor recuperação, com destaque para a administração pública (queda de 11,5% da renda efetiva no segundo trimestre de 2022 e 0,6% no terceiro trimestre) e educação e saúde (queda de 11,1% e 5,3% nos segundo e terceiro trimestres respectivamente), além da indústria (queda de 1,5% no terceiro trimestre de 2022), que no quarto trimestre foram os setores com menor crescimento da renda.

Em contrapartida, os setores da construção civil e agricultura mostraram forte aumento da renda efetiva, com crescimento interanual superando 15%. De modo geral, foram os setores mais informais e de menor qualificação que mostraram crescimento da renda mais forte, como transporte (10,3%), serviços pessoais e coletivos (10,5%) e alojamento e alimentação (14,1%).

TABELA 5
Crescimento interanual do rendimento efetivo médio real por setor de atividade (1º trim. 2020-4º trim. 2022)
(Em %)¹

Setores de atividade	2020				2021				2022			
	1ª trim.	2ª trim.	3ª trim.	4ª trim.	1ª trim.	2ª trim.	3ª trim.	4ª trim.	1ª trim.	2ª trim.	3ª trim.	4ª trim.
Agricultura	3,8	2,0	5,0	2,0	-2,4	7,6	-1,1	-6,4	0,5	-5,3	12,7	16,1
Indústria	2,9	4,2	7,8	1,6	-7,9	-7,4	-10,1	-14,4	-6,1	-5,2	-1,5	8,7
Construção	4,4	0,1	-7,7	-6,6	-12,0	-8,3	-0,6	-0,6	9,3	7,6	5,3	15,1
Comércio	2,2	-6,9	-1,5	-4,8	-8,1	0,2	-6,2	-3,6	0,9	5,0	8,2	8,6
Serviços profissionais ²	-2,4	-8,0	-0,8	-4,1	-5,5	10,8	-2,5	-5,4	0,5	-3,7	3,6	11,2
Transporte	-1,1	-11,1	-11,4	-13,6	-11,7	-1,0	5,9	4,9	3,0	8,0	2,3	10,3
Serviços pessoais e coletivos ³	-0,1	-11,7	-10,0	-9,9	-9,6	5,3	2,0	0,1	3,0	9,3	10,8	10,5
Administração pública	-1,6	-1,9	1,4	0,7	1,3	2,0	-10,4	-13,2	-14,8	-11,5	-0,6	1,5
Educação e saúde	-1,9	-2,9	0,6	-1,9	6,3	4,4	-3,5	-8,6	-15,2	-11,1	-5,3	5,2
Alojamento e alimentação	4,0	-17,0	-16,0	-14,3	-13,6	8,6	8,1	1,7	8,8	9,7	5,5	14,1

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/3BOCcXY>>.

Elaboração dos autores.

Notas: ¹ Taxa de variação interanual.

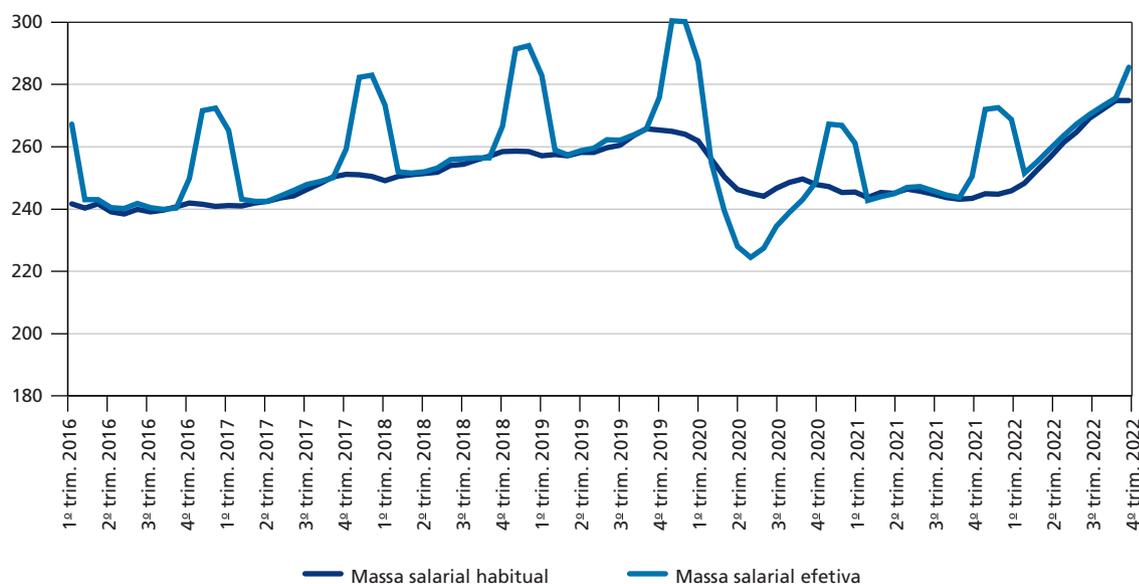
² Serviços profissionais: informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas.

³ Serviços pessoais e coletivos: serviços pessoais, artes, cultura, esporte, recreação e serviços domésticos.

No contexto dos efeitos da pandemia,¹⁰ apesar de se observar um relativo aumento dos rendimentos habituais médios em 2020, a forte queda da população ocupada causou um considerável impacto negativo na massa salarial real habitual. Na comparação interanual, os dados apontam que, já no trimestre móvel terminado em abril de 2020, a massa de rendimentos real habitualmente recebida apresentara queda de 1,6%. Ao longo de 2020, a massa habitual acelerou a tendência decrescente, mostrando uma queda de 6,2% no primeiro trimestre de 2021. Contudo, quando os rendimentos habituais médios apresentaram queda significativa, a massa habitual apresentou quedas menos intensas, justamente devido à recuperação da população ocupada durante 2021. No segundo trimestre de 2022, houve aumento de 4,8% da massa habitual em comparação com o mesmo trimestre de 2021. De modo semelhante, no quarto trimestre, com o contínuo aumento da população ocupada, o crescimento da massa habitual foi 13,0%, atingindo R\$ 274,3 bilhões (valor R\$ 31,2 bilhões maior que no ano anterior).

Cabe ressaltar que, considerando a massa dos rendimentos efetivos, a queda chegou a alcançar 13,4% no trimestre móvel terminado em julho de 2020. No quarto trimestre de 2022, houve crescimento de 14% (alcançando a soma de R\$ 285 bilhões, valor R\$ 35 bilhões maior que no ano anterior). O gráfico 15 mostra que a massa salarial superou os níveis de 2019, além de ilustrar as variações da renda efetiva em torno da evolução média da renda habitualmente recebida, e o gráfico 16 indica as taxas interanuais de crescimento.¹¹

GRÁFICO 15
Massa salarial real: habitual e efetiva
 (Em R\$ 1 milhão)¹

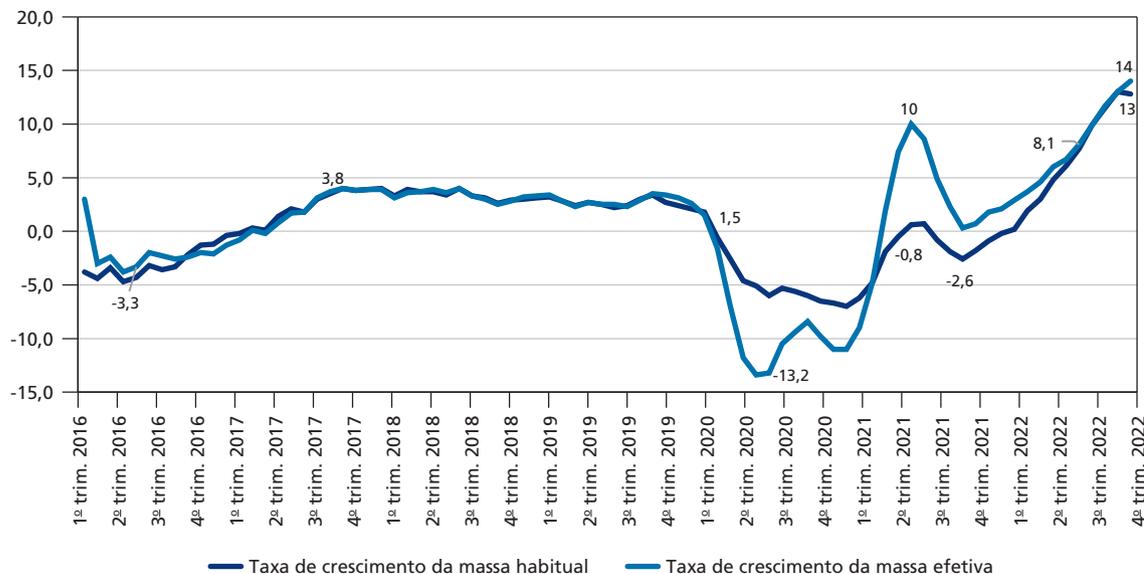


Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/3BOCcXY>>.
 Elaboração dos autores.
 Nota: ¹ Valor absoluto.

10. Para mais informações sobre impactos da pandemia de covid-19 no mercado de trabalho brasileiro, ver Silva, Corseuil e Costa (2022).

11. Para uma análise dos rendimentos por faixa de renda e a desigualdade salarial no Brasil no período em análise, ver Carvalho (2023).

GRÁFICO 16
Taxa de variação interanual da massa salarial real: habitual e efetiva
 (Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <<https://bit.ly/3BOCcXY>>. Elaboração dos autores.

6 RESUMO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos últimos meses de 2022 e janeiro de 2023, o mercado de trabalho brasileiro vem mostrando sinais de arrefecimento, caracterizado por uma leve aceleração da taxa de desocupação, o que refletiu na perda de dinamismo da população ocupada. Segundo os dados mensais produzidos pelo Ipea,¹² com base nas séries de trimestres móveis da PNAD Contínua, após recuar fortemente, atingindo o menor patamar da série em outubro de 2022 (8,2%), a taxa de desocupação dessazonalizada vem acelerando lentamente, de modo que, em janeiro, chegou a 8,6%. Na comparação com janeiro de 2022, entretanto, a taxa de desocupação ainda registra queda de 2,5 p.p.

Os dados mostram ainda que esse movimento recente da taxa de desocupação é decorrente de uma retração da população ocupada, cujo recuo é identificado desde meados de 2022. Ressalta-se, porém, que esse aumento da taxa de desemprego, na margem, vem sendo atenuado pelo recuo da taxa de participação, que passou de 63,5%, em junho de 2022, para 61,4%, em janeiro de 2023, o que demonstra a desaceleração da força de trabalho no país. Em janeiro de 2023, o número de trabalhadores ocupados ou que estavam à procura de emprego era de, aproximadamente, 106,8 milhões, o que corresponde a uma queda de -2,9% em relação a junho de 2022, quando se atingiu o maior valor da série (110 milhões).

12. As séries mensalizadas foram obtidas a partir da metodologia desenvolvida por Hecksher (2020).

Ainda, em janeiro, embora o número de ocupados na economia brasileira tenha sido 4,0% maior que o observado no mesmo mês do ano anterior, esse contingente de 97,6 milhões possui 2,6 milhões de trabalhadores a menos que o registrado em junho de 2022. Nota-se, também, que tal arrefecimento da ocupação vem ocorrendo de forma mais intensa no setor informal, a despeito da informalidade permanecer em níveis historicamente altos. De junho a janeiro da série analisada neste texto, enquanto a população ocupada formal recuou 1,4%, a queda registrada entre os trabalhadores informais foi de 3,7%.

Por sua vez, a abertura setorial revela que a evolução positiva na população ocupada agregada entre os quartos trimestres de 2021 e 2022 é resultado de uma melhora do emprego em praticamente todos os segmentos, com exceção da agricultura, da construção civil e dos serviços industriais de utilidade pública. No entanto, quando comparadas às taxas interanuais registradas no terceiro trimestre de 2022, os resultados para o quarto trimestre mostram redução em dez dos treze setores pesquisados, com destaques negativos para os serviços pessoais (de 24% para 9,8%), serviços domésticos (de 9,6% para 2,1%), administração pública (de 8,8% para 3,7%), serviços de alojamento e alimentação (de 8,5% para 3,5%) e comércio (de 7,8% para 4%).

Por fim, em termos de rendimentos do trabalho, os dados da PNAD Contínua mostraram que, no quarto trimestre de 2022, houve continuação do processo de recuperação da renda média, aproximando-se dos valores observados no final de 2019. Os empregados com carteira assinada começaram a apresentar uma recuperação da renda mais intensa. Os empregados do setor público, por sua vez, ainda encontraram dificuldades em negociar reposições salariais, apesar do ligeiro aumento observado no último trimestre de 2022.

Os dados do quarto trimestre, assim como no trimestre anterior, mostram uma recuperação da renda dos trabalhadores informais (sem carteira e por conta própria), justamente os mais afetados durante a pandemia, em comparação aos ocupados em postos formalizados. Esse padrão reflete no comportamento da renda por setores de atividades, sendo os setores mais informais, e que foram mais atingidos pela pandemia, os que agora mostram crescimento da renda mais intenso (agricultura, transporte, construção, serviços pessoais e coletivos e alojamento e alimentação).

Portanto, os dados apresentados e analisados ao longo deste texto explicitam o grande desafio que o país terá pela frente para estabelecer uma trajetória de recuperação sustentada dos indicadores de mercado de trabalho. A necessidade de geração de postos de trabalho de qualidade, devidamente vinculados aos sistemas públicos de proteção social, torna-se premente. Para isso, terão de ser articuladas diferentes estratégias de inclusão produtiva,¹³ as quais impulsionem as dinâmicas econômicas locais para a geração descentralizada de postos de trabalho no território nacional.

13. Para mais informações sobre programas de inclusão social e produtiva no Brasil, ver Silva (2020).

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, S. S. de. Retrato dos rendimentos do trabalho: resultados da PNAD Contínua do quarto trimestre de 2022. **Carta de Conjuntura**, n. 58, 2023.
- CARVALHO, S. S. de. *et al.* Análise das transições no mercado de trabalho brasileiro no período da covid-19. **Carta de Conjuntura**, n. 49, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3GT0XoW>>.
- CORSEUIL, C. H.; RUSSO, F. A redução no número de entrevistas na PNAD Contínua durante a pandemia e sua influência para a evolução do emprego formal. **Carta de Conjuntura**, n. 50, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3L6K7pl>>.
- HECKSHER, M. **Valor impreciso por mês exato**: microdados e indicadores mensais baseados na PNAD Contínua. Brasília: Ipea, 2020. (Nota Técnica Disoc, n. 62).
- _____. Inaudíveis: quem deixou de ser coberto pelas pesquisas telefônicas e diferenças em relação aos registros administrativos. *In*: SILVA, S. P.; CORSEUIL, C. H.; COSTA, J. S. (Org.). **Impactos da pandemia de covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil**. Brasília: Ipea, 2022. p. 599-621.
- LAMEIRAS, M. A. P.; HECKSHER, M. D. Indicadores mensais do mercado de trabalho: junho de 2022. **Carta de Conjuntura**, Ipea, n. 56, 2022.
- SILVA, S. P. **A inclusão produtiva como eixo de política de proteção social**: contexto latino-americano e questões para a realidade brasileira. Brasília: Ipea, 2020. (Texto para Discussão, n. 2605).
- SILVA, S. P.; CORSEUIL, C. H.; COSTA, J. S. (Org.). **Impactos da pandemia de covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil**. Brasília: Ipea, 2022.